

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-309 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Direito Comercial.

Dia 23/11/2003 - Primeira etapa

QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

01. Quanto às fontes e à integração:

I. A utilização do direito comparado está expressamente autorizada no diploma consolidado.

II. Na esfera trabalhista a utilização da equidade encontra-se restrita às hipóteses previstas em lei.

III. A legislação trabalhista não incorpora a jurisprudência como fonte supletiva do direito do trabalho.

IV. A legislação trabalhista não é exclusiva ao arrolar também os usos como fonte jurídica supletiva.

- a) As alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas II e IV estão incorretas.
- c) As alternativas I, III e IV estão corretas.
- d) As alternativas I e IV estão corretas.
- e) As alternativas I, II e III estão incorretas.

02. Quanto à interpretação, integração e aplicação:

I. Não podem, a princípio, sofrer interpretação extensiva ou apropriação analógica, por serem excepcionais (benéficos ou restritivos) os instrumentos próprios da normatização autônoma privada, como convenção, acordo ou contrato coletivo de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

trabalho.

II. As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento, salvo se mais benéficas as alterações.

III. O ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria monista que considera haver interdependência entre a ordem jurídica nacional e a internacional, razão pela qual a ratificação de tratado por um Estado importa incorporação automática de suas normas à respectiva legislação interna.

IV. A jurisprudência emanada do Tribunal Superior do Trabalho é vinculativa para todos os órgãos da Justiça do Trabalho.

- a) As alternativas I e IV são incorretas.
- b) As alternativas II e III são incorretas.
- c) As alternativas I, II e III são corretas.
- d) As alternativas II, III e IV são corretas.
- e) As alternativas II, III e IV são incorretas.

03. Quanto aos princípios:

I. Na aplicação do princípio da norma mais favorável a teoria da acumulação considera o caráter sistemático da ordem jurídica não fracionando preceitos ou institutos.

II. O princípio da intangibilidade salarial admite exceções apenas quando houver autorização expressa do trabalhador.

III. A exceção constitucional ao princípio da irredutibilidade salarial: “salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo” não alcança os trabalhadores domésticos, por não estarem em regra, organizados em sindicatos, além de não se ter estendido a eles, via constitucional, o direito ao reconhecimento às convenções e acordos coletivos.

IV. O princípio da norma mais favorável prevalece mesmo diante de norma legal proibitiva.

- a) As alternativas I, II e IV estão incorretas.
- b) As alternativas II e III estão corretas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- c) As alternativas II e IV estão corretas.
- d) As alternativas III e IV estão incorretas.
- e) As alternativas I, II e III estão incorretas.

04. Quanto à eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço:

I. Informa o princípio da aderência contratual que os preceitos normativos e as cláusulas contratuais tendem a aderir ao contrato de trabalho com intensidade e extensão temporais diferentes. A aderência das normas jurídicas tende a ser relativa, ao passo que a aderência das cláusulas tende a ser absoluta.

II. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho assimilou o critério da extraterritorialidade para entender que a relação de trabalho é regida pelas leis vigentes no país da prestação do serviço e não por aquelas do local da contratação.

III. No direito do trabalho não pode haver conflito entre normas federais, estaduais ou municipais, pois a competência para legislar sobre matéria trabalhista é privativa da União.

IV. A reversão do empregado ocupante de cargo de confiança para o cargo efetivo anteriormente ocupado não infringe o princípio da inalterabilidade contratual lesiva.

- a) As alternativas I, III e IV estão incorretas.
- b) As alternativas II e III estão incorretas.
- c) As alternativas I e IV estão incorretas.
- d) As alternativas I, II e III estão corretas.
- e) As alternativas I, III e IV estão corretas.

05. Marque a alternativa correta:

- a) Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido.
- b) Os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação de serviços possuem natureza salarial.
- c) Os seguros de vida e acidentes pessoais concedidos pelo empregador ao

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

empregado têm cunho salarial e integram sua remuneração para todos os fins de direito.

d) São características do salário: caráter alimentar, disponibilidade, periodicidade, natureza composta, irredutibilidade, persistência ou continuidade.

e) Para que se configure a equiparação salarial tem que haver entre o equiparando e paradigma os seguintes requisitos: identidade de função, trabalho de igual valor prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, feito com igual produtividade, com a mesma perfeição técnica, cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 02 (dois) anos.

06. Marque a alternativa correta:

a) É considerada alteração unilateral do pacto laboral, a determinação do empregador para que o empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando de exercer a função de confiança. Tal reversão importa em nulidade do ato patronal.

b) É ilícita a transferência do empregado, quando ocorrer a extinção do estabelecimento, no qual o mesmo trabalhava. Assim, a transferência é nula de pleno direito.

c) A atual Carta Magna consagra o princípio da irredutibilidade salarial, todavia, ao mesmo tempo possibilita que haja negociação coletiva que estipule fórmula redutora do salário nominal dos empregados, abrangidos pelo instrumento normativo (art. 7º, VI, da CF/88).

d) Tendo em vista o poder diretivo do empregador o mesmo pode transferir seu empregado ocupante da função de contínuo, independentemente da anuência deste, para localidade diversa daquela que resultar do pacto laboral.

e) O rebaixamento do empregado é uma alteração lícita do contrato de trabalho, pois o empregador estará fazendo uso de seu poder disciplinar, com intuito de punir seu empregado desidioso.

07. Acerca do fenômeno jurídico da Suspensão e da Interrupção do pacto laboral pode-se afirmar:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

I. O empregado de férias tem assegurado, por ocasião de seu retorno ao trabalho, todas as vantagens concedidas à sua categoria na empresa.

II. O empregado que participou de greve considerada judicialmente ilegal teve seu contrato de trabalho interrompido ou suspenso parcialmente.

III. Ocorrendo motivo relevante de interesse para Segurança Nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho.

IV. O empregado que deixa de comparecer ao serviço sem prejuízo de seu salário até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de seu ascendente, terá seu contrato de trabalho suspenso (suspensão total).

- a) Apenas as opções I e III estão corretas.
- b) Apenas as opções I e IV estão corretas.
- c) Todas as opções acima estão corretas.
- d) Apenas a opção I está correta.
- e) Apenas as opções III e IV estão corretas.

08. Marque a alternativa incorreta:

a) Os contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o término do contrato.

b) Fica sujeito à multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias, o empregador que dispensar sem justa causa seu empregado, não quitando o valor das verbas rescisórias, até o 10º (décimo) dia após o cumprimento normal do aviso prévio por parte do empregado.

c) Configura-se um dos motivos para rescisão indireta do pacto laboral por parte do empregado: quando o empregador não cumprir as obrigações do contrato de trabalho.

d) A prática constante de jogos de azar pelo empregado constitui um dos motivos ensejadores da dispensa por justa causa.

e) O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

09. Sobre estabilidade e garantias provisórias de emprego, renúncia à estabilidade e efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa, pode-se afirmar que:

a) Com a Constituição Federal de 1988 que retirou a possibilidade de alternatividade dos regimes jurídicos de garantia de tempo de serviço e/ou de emprego, tornou, obrigatoriamente, aplicável o regime do FGTS a todos os trabalhadores, sem exceção.

b) A previsão de “indenização adequada” da Convenção nº 158 da OIT, tal como a “indenização compensadora” do art. 7º, I, da CF/88, inclui, se adotada pela legislação nacional, a reintegração do trabalhador como fórmula geral de reparação da despedida arbitrária. Daí a completa sintonia entre os dispositivos examinados da Convenção nº 158 e a *Lex Fundamentalís* do nosso país.

c) A empregada gestante tem direito à estabilidade absoluta até cinco meses de licença compulsória, iniciada quatro semanas antes do dia estimado para o parto e à estabilidade relativa após o término dessa licença, durante cento e vinte dias da ocorrência do parto.

d) A estabilidade prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho e, bem assim, a instituída em regulamento de empresa não foram afetadas pelo art. 7º, I, da CF/88, uma vez que resultam da autonomia privada, coletiva ou individual, e não da lei, e têm a ampará-las o disciplinamento constante no art. 444 da CLT.

e) Não comprovada a motivação para a dispensa do cipeiro, em inquérito para apuração de falta grave, o empregador deve ser condenado a indenizar o período estabilitário.

10. Sobre Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, pode-se afirmar que:

a) Após a entrada em vigor da Lei 5.107, de 13/09/66 e antes da promulgação da CF/88 o regime de FGTS era optativo. O empregado, ao optar pelo FGTS, não renunciava à estabilidade, mas à possibilidade de vir a obtê-la.

b) A inscrição constitucional do FGTS na CF/88 se deu como regime superposto ao da garantia contra a despedida arbitrária ou sem justa causa e não alternativo ao da estabilidade, como antes. A principal inovação constitucional na matéria foi, sem dúvida, a manutenção do antagonismo existente entre o FGTS e o regime de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

proteção do emprego.

c) A norma sobre FGTS inserida na CF/88 (art. 7º, III) é auto-aplicável, não declara princípios ou se revela pragmática; é imperiosa e bastante a si própria, trazendo os trabalhadores camponeses para um regime anteriormente instituído e amplamente regulamentado.

d) O modelo de proteção sucessiva (do *emprego* ou do *tempo de serviço*) foi instituído na CF/88, consagrando o sistema *monista* de garantia do tempo de serviço, regulamentado, em termos de legislação ordinária, pela Lei nº 8.036, de 11/05/90.

e) Todos os empregadores são obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a oito por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, inclusive os de contrato de aprendizagem.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

11. Com relação ao processo em geral:

I. No processo trabalhista a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado prescindindo de autorização expressa do juiz desde que haja urgência.

II. A utilização do sistema *fac-símile* não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues, necessariamente, até 5 dias da data do seu término, exigência indispensável à convocação do ato.

III. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, mesmo que beneficiária de justiça gratuita.

IV. Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.

- a) As alternativas I, II e III estão corretas.
- b) As alternativas I, II e III estão incorretas.
- c) As alternativas II e IV estão incorretas.
- d) Somente as alternativas I e III estão corretas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e) As alternativas II e IV estão corretas.

12. Quanto às provas, aplicando-se subsidiariamente as regras do processo e do direito comum ao processo trabalhista:

I. A confissão pode ser revogada quando emanar de erro, dolo ou coação, por ação anulatória quando pendente o processo em que foi feita ou por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir único fundamento.

II. A confissão é, de regra, indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável. Cindir-se-á, todavia, quando o confitente lhe aduzir fatos novos, suscetíveis de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.

III. Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, sem qualquer ressalva.

IV. As reproduções fotográficas, cinematográficas, os registros fonográficos e, em geral, quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena destes, se a parte, contra quem forem exibidos, não lhes impugnar a exatidão.

a) As alternativas I,II,III e IV estão corretas.

b) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

c) As alternativas I, II e IV estão corretas.

d) As alternativas I e II estão incorretas.

e) As alternativas III e IV estão incorretas.

13. Quanto à competência e conflito de jurisdição:

I. A criação e instalação de vara do trabalho em localidade sob jurisdição de juiz de direito retira deste a competência em razão da matéria trabalhista, inclusive sobre aqueles processos por ele já instruídos e julgados. Neste caso o princípio de que o juiz da ação também é o da execução resta superado por previsão legal expressa.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

II. A competência das varas trabalhistas não se estende aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, mesmo que o empregado seja brasileiro, salvo se houver convenção internacional dispondo em contrário.

III. Em dissídio coletivo a competência territorial não é relativa.

IV. A parte interessada ou o seu representante legal podem suscitar conflitos de jurisdição, exceto quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.

a) As alternativas I, II e III estão incorretas.

b) As alternativas I, III e IV estão corretas.

c) As alternativas II, III e IV estão corretas.

d) As alternativas I e IV estão incorretas.

e) As alternativas II e IV estão incorretas.

14. Quanto ao pedido:

I. No pedido alternativo as prestações são disjuntivas em face da própria natureza da obrigação, enquanto no pedido sucessivo se o juiz conhecer do primeiro prejudicado estará o segundo.

II. É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

III. A cumulação objetiva é mais ampla na esfera trabalhista diante da expressa autorização legal: “sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumulados num só processo, se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento”.

IV. Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.

a) As alternativas I, II e III estão incorretas.

b) As alternativas III e IV estão incorretas.

c) As alternativas I e II estão corretas e as III e IV estão incorretas.

d) Somente as alternativas I e II estão incorretas.

e) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

15. Sobre contestação e reconvenção:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

I. São exceções peremptórias, por exemplo, a de coisa julgada, de litispendência e de perempção.

II. As exceções de suspeição do juiz e de incompetência suspendem o feito, mas a incompetência absoluta pode ser alegada independentemente de exceção, como preliminar de mérito.

III. A extinção da ação sem julgamento do mérito sempre obsta o julgamento do mérito da reconvenção.

IV. O princípio da eventualidade implica na necessidade de o réu alegar na defesa toda a matéria de nulidade.

a) Somente as alternativas III e IV estão incorretas.

b) As alternativas II e IV estão incorretas.

c) As alternativas II, III e IV estão incorretas.

d) As alternativas I e II estão incorretas.

e) As alternativas I, II e III estão corretas.

16. Quanto à prova:

I. Excepcionalmente normas jurídicas podem ser objeto de prova.

II. É imprescindível a prova documental nas hipóteses de concessão e de pagamento de férias e de pagamento dos salários, além de outras previstas em lei.

III. É inepta a petição inicial, por falta de documento essencial à propositura da reclamação.

IV. O ônus da prova de falsidade documental e de contestação de assinatura incumbe à parte que produziu o documento.

a) As alternativas I, II e III são incorretas.

b) As alternativas I, II e III são corretas.

c) Somente as alternativas I e II são incorretas.

d) As alternativas III e IV são corretas.

e) As alternativas III e IV são incorretas.

17. Quanto às nulidades:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- I. A nulidade atingirá todos os atos antecedentes, posteriores, dependentes ou conseqüentes do ato nulo.
- II. A Consolidação consagra o princípio do prejuízo, básico, em matéria de nulidades processuais.
- III. Prevalece no sistema adotado pela Consolidação o princípio da convalidação, ou seja, o ato irregular será convalidado se a parte por ele prejudicada não argüir sua nulidade no momento processual oportuno.
- IV. A regra que proíbe o pronunciamento de nulidade de ofício é excepcionada quando há incompetência da Justiça do Trabalho em razão da matéria.

- a) As alternativas I e IV estão incorretas.
- b) As alternativas I e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I e III estão incorretas.
- d) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- e) As alternativas I, II e III estão incorretas.

18. Quanto ao procedimento sumaríssimo na esfera trabalhista:

- I. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta e indireta.
- II. Reputam-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação da mudança de endereço pelas partes e advogados.
- III. Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- IV. Não será admitida produção de prova pericial.

- a) As alternativas I, II e III estão corretas.
- b) As alternativas II e III estão incorretas.
- c) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- d) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- e) As alternativas I, II e IV estão corretas.

19. Sobre dissídio coletivo e sentença normativa, é correto afirmar que:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) Os dissídios coletivos são de natureza econômica ou jurídica. Nos primeiros também ditos constitutivos, criam-se normas novas para regulamentação dos contratos individuais de trabalho. Os jurídicos ou declaratórios visam tão-somente à interpretação de uma norma oriunda de acordo ou dissídio coletivo.
- b) Não chegando as partes a um acordo, pode ser instaurado o dissídio coletivo pelo órgão representante das categorias em conflito, diretamente ou pelo Ministério Público, a pedido do sindicato. Os empregadores podem ajuizar dissídio coletivo quando inexistir órgão de classe que os represente ou quando o dissídio for particularizado. Os dissídios coletivos não podem ser instaurados de ofício (*coatos*).
- c) As sentenças normativas vigorarão a partir do término da vigência da norma revista se o dissídio coletivo for ajuizado nos trinta (30) dias anteriores a esse término; se ajuizado posteriormente, a nova norma coletiva vigorará a partir da instauração do dissídio, como regra geral, podendo o Tribunal dispor diferentemente.
- d) Os empregados de pessoas jurídicas de direito público quando regidos pela CLT não são alcançados pelas condições estabelecidas em sentenças normativas.
- e) O não pagamento de salários na forma fixada em decisão transitada em julgado ou acordo celebrado em dissídio coletivo possibilita a propositura de ação de cumprimento, de legitimidade exclusiva do sindicato.

20. Sobre ação rescisória no processo do trabalho, pode-se afirmar que:

- a) No processo trabalhista a sentença de liquidação só pode ser impugnada na fase processual em que são cabíveis embargos à execução, os quais são tidos pela jurisprudência e pela doutrina dominantes como uma ação. Havendo coisa julgada nessa ação, a sentença de liquidação pode ser desconstituída mediante ação própria.
- b) As ações rescisórias, como diz a lei, devem voltar-se contra as decisões de mérito, isto é, qualificadas pela coisa julgada material. Assim sendo, o defeito procedimental ainda que afete o julgamento do mérito, não dá ensejo à rescisória, segundo vem proclamando o Supremo Tribunal Federal.
- c) A decisão proferida por juiz impedido ou suspeito pode ser atacada por ação

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

rescisória.

d) O dolo da parte vencedora só autoriza a ação rescisória se não tiver influído na decisão da lide. O dolo da parte vencida não autoriza rescisória por não causar prejuízo ao adversário.

e) É cabível ação rescisória de sentença proferida no processo do trabalho, no prazo prescricional de dois anos, contados do dia subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

21. Com relação às prerrogativas e deveres sindicais:

I. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional têm legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade e mandado de segurança coletivo.

II. Para efeito de estabilidade provisória, a comunicação da inscrição como candidato a eventual eleição tornou-se facultativa em face das inovações constitucionais acerca da matéria.

III. O aposentado filiado tem o direito de votar e ser votado nas eleições sindicais.

IV. Na falta dos representantes legais, a reclamação trabalhista do menor de 18 (dezoito) anos será feita pelo sindicato ou por outros órgãos indicados em lei.

a) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

b) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.

c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.

d) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

e) Somente as alternativas II, III e IV estão incorretas.

22. Sobre a negociação coletiva:

I. Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador as vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

II. Dentre as formalidades legais das convenções e acordos coletivos estão a forma escrita, *quorum* de 2/3 em primeira convocação e de 1/3 em segunda

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

convocação, sendo este último de 1/8 para sindicatos com mais de quatro mil associados.

III. As previsões constantes do estatuto da empresa inserem-se no contrato de trabalho de forma definitiva tornando-se direito adquirido, ao passo que as de norma coletiva têm prazo certo de duração.

IV. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, mas o diploma consolidado registra exceção em que a federação ou confederação poderão ser chamadas a defender os interesses de classe, permitindo aos próprios trabalhadores a defesa de interesses coletivos, caso o sindicato se negue a fazê-lo.

- a) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) As alternativas II e III estão incorretas.
- d) As alternativas I e IV estão incorretas.
- e) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.

23. Com relação à matéria sindical:

I. No Brasil prepondera o critério do sindicato vertical, sendo que o modelo de sindicato horizontal está restrito às categorias diferenciadas.

II. O registro de entidades sindicais mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego é exigência resultante da “unicidade sindical” e não compromete o princípio da autonomia sindical.

III. A contribuição sindical distingue-se da confederativa por ter natureza tributária e caráter compulsório.

IV. A legislação sindical brasileira não distingue a associação profissional do sindicato, pois ambos podem ser constituídos para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses profissionais e estão investidos da prerrogativa de representação da categoria.

- a) As alternativas II e III estão incorretas.
- b) As alternativas I e II estão incorretas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- c) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- e) As alternativas I e IV estão incorretas.

DIREITO CIVIL

24. Com relação à prescrição e à decadência:

- I. O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer ao incapaz.
- II. Os prazos para anulação do negócio jurídico são decadenciais.
- III. É nula a renúncia à decadência legal ou convencional.
- IV. O juiz não pode suprir a alegação de decadência convencional.

- a) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- b) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.
- c) Somente as alternativas II e IV estão incorretas.
- d) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- e) Somente as alternativas II e IV estão corretas.

25. Quanto à validade e eficácia dos negócios jurídicos:

- I. O dolo do representante legal e do convencional geram a responsabilidade solidária do representado por perdas e danos.
- II. A anulabilidade aproveita exclusivamente aos que a alegarem, sem exceções.
- III. Presumem-se de boa-fé e valem os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família, mesmo que praticados por devedor insolvente ou por eles reduzido à insolvência.
- IV. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, mesmo que a parte a que aproveite não tivesse ou dela não devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá isoladamente por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão incorretas.
- c) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- d) As alternativas III e IV estão incorretas.
- e) Somente as alternativas III e IV estão corretas.

26. Sobre os bens jurídicos:

- I. Pertencas são bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo provisório, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- II. Os negócios que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- III. A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família.
- IV. São também casos de extinção do bem de família, a morte de ambos os cônjuges e a maioria dos filhos, exceto quando residam no imóvel.

- a) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- b) As alternativas I, II e III estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.
- d) As alternativas III e IV estão incorretas e as I e II estão corretas.
- e) As alternativas II e IV estão incorretas e as I e III estão corretas.

27. Quanto ao direito contratual:

- I. Os efeitos da sentença que decretar a resolução por onerosidade excessiva retroagirão à data da citação.
- II. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, dispensando-se o deste último se o regime escolhido tiver sido o da separação de bens.
- III. O maior de 16 (dezesesseis) e o menor de 18 (dezoito) anos não emancipado não pode ser mandatário.
- IV. Conferido o mandato com a cláusula “em causa própria”, a sua revogação não

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas, e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.

- a) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II e III estão incorretas.
- d) As alternativas I e IV estão incorretas.
- e) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28. Quanto aos princípios:

- I. Caracterizam exceções ao princípio da publicidade, correndo em segredo de justiça, os processos em que o exigir o interesse público, que dizem respeito a casamento, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos, guarda de menores e curatela de ausentes.
- II. O princípio da eventualidade não está presente somente para o réu, mas também diante de todos os ônus que cabem ao autor.
- III. O princípio do livre convencimento motivado do juiz faculta a este dar à prova o valor que entender e julgar correto, desde que fundamente sua decisão.
- IV. Aplica-se também ao juiz o princípio da preclusão consumativa.

- a) As alternativas I e II estão incorretas.
- b) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas II, III e IV estão incorretas.
- d) As alternativas I e II estão corretas.
- e) As alternativas I e IV estão incorretas.

29. Quanto à jurisdição:

- I. São fundamentos constitucionais da jurisdição os princípios do juiz natural, da indeclinabilidade, da imparcialidade, da publicidade dos atos processuais e da

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

submissão à coisa julgada.

II. A jurisdição especial e a extraordinária tem como função precípua a defesa e a proteção do direito positivo, e não do direito subjetivo das partes.

III. A jurisdição é una e indivisível e é privativa do Poder Judiciário.

IV. O duplo grau de jurisdição não está expressamente previsto na Constituição Federal, mas decorre da interpretação do devido processo legal.

- a) As alternativas I, II e IV estão incorretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I e III estão incorretas.
- d) As alternativas III e IV estão corretas.
- e) Somente as alternativas I e II estão incorretas.

30. Com relação à formação, suspensão e extinção do processo:

I. O juiz pode conhecer de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, nas seguintes hipóteses legais, dentre outras: quando acolher perempção, litispendência, coisa julgada e convenção de arbitragem.

II. A extinção do processo, qualquer que seja o fundamento, não obsta a que o autor intente novamente a ação.

III. Perempta a ação o autor não pode ajuizar aquela pretensão, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

IV. A renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação e a transação são hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito.

- a) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II e III estão incorretas.
- d) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- e) As alternativas I, II e III estão corretas.

31. Quanto à competência:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

I. Compete à Justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

II. A competência para decidir sobre atualizações ou reclamações, com o pedido que couber, contra o cumprimento equívoco, insatisfatório, irregular, ou de incidentes relativos à execução de precatórios é do juiz da ação de conhecimento, a quem cabe julgar extinta a execução após a satisfação do crédito requisitado.

III. Nas ações de reparação de dano o autor tem alternativas: ou escolhe o foro geral (domicílio do réu), ou o foro do lugar do ato ou fato, ou ainda, em se tratando de dano causado por veículo, o foro de seu próprio domicílio.

IV. Somente a requerimento de qualquer das partes pode o juiz, em caso de conexão ou de continência, ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

- a) As alternativas I, III e IV estão corretas.
- b) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.
- c) As alternativas II e III estão corretas.
- d) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- e) Somente as alternativas III e IV estão incorretas.

32. Quanto ao procedimento sumário:

I. Deixando injustificadamente o réu de comparecer à audiência, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial desconsiderando-se a prova dos autos, proferindo o juiz, desde logo, a sentença.

II. O juiz poderá, de ofício, converter o procedimento sumário em ordinário alterando o valor da causa, mesmo que o réu não o impugne.

III. A conversão do rito sumário para o ordinário está autorizada legalmente quando houver necessidade de prova técnica de maior complexidade.

IV. Havendo necessidade de produção de prova oral, a audiência de instrução e julgamento será designada para data próxima, não excedente de trinta dias, salvo se houver determinação de perícia.

- a) As alternativas III e IV estão corretas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) Somente as alternativas III e IV estão incorretas.
- c) As alternativas I, II e III estão corretas.
- d) Somente alternativas I, II e III, estão incorretas.
- e) As alternativas I, II, III e IV estão incorretas.

33. Sobre recursos no direito processual civil:

I. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, será de oito dias.

II. Quando forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.

III. Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte, no prazo de oito dias, mas o Colendo Tribunal Superior do Trabalho possui entendimento sumulado acerca do não cabimento do Recurso Adesivo do Processo do Trabalho.

IV. O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) As alternativas I e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas II e III estão incorretas.
- d) Somente as alternativas III e IV estão incorretas.
- e) Somente as alternativas I e III estão incorretas.

34. Sobre ação civil pública, pode-se afirmar que:

- a) Não é possível a propositura de ação civil pública para a defesa de interesses difusos por associação civil.
- b) Em caso de procedência dos pedidos, a ação civil pública gera efeito *erga*

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

omnes.

- c) Em caso de condenação em dinheiro, a indenização será revertida em benefício do autor da ação civil pública.
- d) A improcedência dos pedidos da ação civil pública decorrente de insuficiência de provas faz coisa julgada material.
- e) Haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, além da condenação da associação autora.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

35. São benefícios exclusivos do dependente do segurado:

- a) Auxílio-doença e salário-família.
- b) Auxílio-maternidade e salário-família.
- c) Pensão por morte e auxílio-doença.
- d) Auxílio-reclusão e pensão por morte.
- e) Auxílio-maternidade e auxílio-doença.

36. Sobre benefícios do segurado, é correto afirmar que:

- a) A pensão por morte independe de carência.
- b) O valor do salário-de-benefício tem por limite mínimo 80% do salário mínimo vigente no território nacional.
- c) O salário-de-benefício é apurado com base na remuneração média do trabalhador segurado.
- d) A aposentadoria por idade é um benefício previdenciário que não requer, para sua concessão, o cumprimento de um período de carência.
- e) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, fará jus a todas as prestações da Previdência Social em decorrência do exercício da atividade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

37. Quanto ao princípio da isonomia:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- I. Depende de lei que estabeleça suas bases e fundamentos.
- II. Aceitam-se as desigualdades na medida em que estas se igualam.
- III. É relativo apenas às leis, excluindo-se as normas de hierarquia inferior.
- IV. Somente os tribunais podem proclamá-la.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente a alternativa II está correta.
- d) Somente as alternativas I e IV estão incorretas.
- e) Somente as alternativas II e III estão corretas.

38. Quanto à revisão e às emendas constitucionais:

- I. A revisão constitucional pode ocorrer a qualquer tempo.
- II. Revisão e emenda constitucionais dependem de voto de 2/3 dos membros do Congresso Nacional.
- III. A Constituição Federal de 1988 não pode mais ser revisada.
- IV. A Emenda Constitucional deve ser restrita às cláusulas pétreas da Constituição de 1988.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Nenhuma das alternativas está correta.
- c) Somente a alternativa IV está incorreta.
- d) Somente a alternativa III está correta.
- e) Somente as alternativas II e III estão corretas.

39. Sobre direitos e garantias fundamentais:

- I. Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal de 1988 não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, incluindo todos os tratados internacionais.
- II. Veda-se a censura de natureza política, ideológica e artística, porém, apesar da liberdade de expressão garantida na Constituição Federal de 1988, a lei federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

deverá regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendam, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

III. A liberdade de associação para quaisquer fins é plena, vedada a de caráter paramilitar.

IV. O direito de propriedade, que deverá atender à função social, não é absoluto, mas não pode ser restringido através de requisição.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- d) Somente a alternativa II está correta.
- e) Somente as alternativas II e IV estão incorretas.

40. Quanto às normas constitucionais do trabalho:

I. O repouso semanal remunerado deve ser sempre aos domingos.

II. O adicional de 1/3 na remuneração das férias, pode ser suprimido por acordo entre as partes.

III. O adicional de remuneração às atividades penosas, perigosas ou insalubres só pode ser fixado por lei.

IV. O seguro de acidente de trabalho pode ficar a cargo do empregado, se assim dispuser a norma coletiva.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e IV estão incorretas
- d) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- e) Apenas a alternativa III está correta.

41. A investidura em cargo ou emprego público:

I. Depende sempre de concurso público de provas e títulos.

II. Dependendo da complexidade do cargo, pode dispensar o concurso público.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

III. Em se tratando de cargo em comissão, dispensa o concurso público de provas, mas exige a de títulos.

IV. Nos casos de função de confiança, só pode ser atribuída a servidor ocupante de cargo efetivo.

- a) Só a alternativa III está incorreta.
- b) Só a alternativa IV está correta.
- c) Só as alternativas II e III estão incorretas.
- d) Só as alternativas I e III estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

42. Quanto ao ato administrativo:

I. No conceito de ato administrativo em sentido estrito excluem-se os atos abstratos e os convencionais.

II. No conceito de ato administrativo em sentido amplo não estão abrangidos os regulamentos, as instruções e os contratos administrativos.

III. O ato administrativo vinculado decorre sempre de norma constitucional.

IV. O ato administrativo sujeita-se ao exame de legitimidade por órgão jurisdicional porque não possui definitividade perante o direito.

- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II e III estão corretas
- c) Apenas as alternativas III e IV estão erradas
- d) Apenas as alternativas I e IV estão corretas
- e) Todas as alternativas estão corretas.

43. Quanto à vinculação e discricionariedade do ato administrativo:

I. No ato administrativo discricionário, o Agente do Estado deverá preencher, com juízo de valor subjetivo, porém com razoabilidade, o espaço de indeterminação da norma.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

II. A discricionariedade resulta da ausência de tipificação legal, regulando o assunto sobre o qual versa o ato administrativo.

III. Há vinculação no ato administrativo quando o administrador não tem margem alguma de liberdade para praticá-lo, restando apenas fazê-lo nos moldes determinados pela lei.

IV. O ato administrativo não pode ser objeto de reexame pelo Poder Judiciário.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Apenas a alternativa IV está incorreta.
- c) As alternativas I e II estão incorretas.
- d) As alternativas I e IV estão corretas.
- e) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

44. Quanto à descentralização da Administração Pública:

I. A descentralização administrativa é uma tendência moderna e, no Brasil, se faz exclusivamente com a criação das agências reguladoras e das fundações.

II. As chamadas fundações públicas são entidades da Administração Indireta.

III. As fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público de capacidade administrativa.

IV. As empresas públicas podem ter, além do capital da União, capital de outras pessoas jurídicas de direito público interno.

- a) Apenas a alternativa I está incorreta.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão incorretas.
- d) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.
- e) Apenas a alternativa III está correta.

45. Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- a) Nem sempre é objetiva.
- b) Não se fundamenta na impessoalidade dos atos da Administração.
- c) O Estado tem o direito de regresso contra seus agentes, quando há prova de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

que estes, ao causarem dano indenizável, agiram com culpa.

d) A responsabilidade subsidiária do Estado só ocorre quando o dano é produzido por concessionário do serviço público.

e) A chamada conduta comissiva, legítima do Estado ou de seus agentes, não implica em responsabilidade de indenizar danos.

46. Quanto ao servidor público está correto dizer que:

a) A irredutibilidade de vencimentos só é aplicável depois de três anos de efetivo exercício na função para a qual foi nomeado.

b) Com a estabilidade, adquirida após três anos de exercício subsequentes à nomeação para quaisquer cargos públicos, o servidor não pode ser desligado senão em virtude de sentença judicial transitada em julgado; processo administrativo ou mediante processo de avaliação assegurada, em ambos os casos, o direito à ampla defesa.

c) Independentemente de lei, é livre a associação sindical e o direito de greve.

d) É imprescritível a ação de ressarcimento por ilícitos que causem prejuízos ao erário.

e) Sem prejuízo da ação penal, mas dependendo de decisão transitada em julgado, ficará sujeito à indisponibilidade de bens, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos, nos casos de improbidade administrativa.

DIREITO PENAL

47. Sobre os crimes contra a liberdade pessoal, é correto afirmar que:

a) O crime de constrangimento ilegal possui fórmula unitária, ou seja, não há de se indagar, para diverso tratamento penal, se a privação de liberdade de agir foi obtida mediante violência, física ou moral, ou com o emprego de outro qualquer meio.

b) A pena relativa ao constrangimento ilegal, como crime *sui generis*, nem sempre é a mesma. Se há emprego da *vis corporalis* (força física), como resultado lesivo à pessoa da vítima, dá-se um concurso material de crimes.

c) A pena é especialmente agravada quando, na execução do crime de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

constrangimento ilegal, se houverem reunido até três pessoas ou tiver havido emprego de armas, sendo expressamente declarado que não constituem o crime em questão o tratamento médico arbitrário, se justificado por iminente perigo de vida, e a coação exercida para impedir suicídio.

d) Configura crime o fato de o empregador reduzir um trabalhador, somente por meio de jangunços armados, à condição análoga à de escravo, suprimindo-lhe, de fato, o *status libertatis* (liberdade) e sujeitando-o ao seu completo e discricionário poder.

e) É incriminada somente a *ameaça verbal* ou *por escrito*.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

48. Sobre Direito Internacional e Comunitário:

I. As Convenções e Recomendações estão sujeitas à ratificação pelos Estados membros.

II. O ser humano tem personalidade de Direito Internacional, embora sem a mesma amplitude de ação dos Estados e dos organismos internacionais.

III. No âmbito do Direito Internacional podem ser celebrados tratados criando empresas.

IV. A Carta das Nações Unidas exige que todo e qualquer acordo internacional seja registrado no Secretariado e por este publicado, acrescentando que, se tal não ocorrer, o tratado não poderá ser invocado perante qualquer órgão das Nações Unidas, o que determina a publicidade dos tratados como elemento de defesa da parte interessada no caso de seu eventual descumprimento.

a) Somente a alternativa I está incorreta.

b) Todas as alternativas estão corretas.

c) Todas as alternativas estão incorretas.

d) Somente as alternativas II e III estão incorretas.

e) Somente as alternativas I e IV estão corretas.

DIREITO COMERCIAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

49. Nas sociedades anônimas:

I. O conselho de administração é obrigatório nas sociedades de capital aberto e facultado nas de capital autorizado.

II. As companhias poderão efetuar mais de uma emissão de debêntures e cada emissão poderá ser dividida em séries, com valor nominal diferente.

III. Os acordos de acionistas sobre compra e venda de ações e exercício do direito de voto, só tem valor perante à companhia se arquivado em sua sede.

IV. Os bônus de subscrição só podem ser emitidos pela companhia, se a assembléia geral deliberar, mesmo que o estatuto atribua tal deliberação ao conselho de administração.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Apenas a alternativa III está correta.
- d) Apenas a alternativa IV está correta.
- e) Apenas as alternativas III e IV estão incorretas.

50. Quanto aos estatutos das sociedades anônimas, é correto afirmar que:

- a) Pode haver a previsão de que os votos dos minoritários devam ser apurados em separado, quando para eleger membro, seu representante, do conselho fiscal ou do conselho de administração.
- b) Poderá ficar fixado que as divergências entre os acionistas, entre si, entre estes e a companhia, entre os controladores e os minoritários, serão resolvidas por arbitragem.
- c) Pode haver a omissão sobre a obrigatoriedade da distribuição de dividendos obrigatórios.
- d) As alterações relativas a parte que regula a diversidade de classes de ações, não necessita da aprovação de todos os titulares das ações atingidas, senão de sua maioria.
- e) É obrigatória disposição que dirima as controvérsias entre as diversas classes de acionistas, relativamente à distribuição de lucros.